

PORTARIA Nº 020/2018-MP/11ªPJ/STM

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Prefeitura Municipal de Santarém.

Assunto: objetivando apurar informações e adotar medidas cabíveis, a fim de assegurar à pessoa com transtorno mental RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS os direitos estabelecidos no art. 1º e 2º da Lei 10.216/01.

LARISSA BRASIL BRANDÃO – 11ª Promotora de Justiça de Santarém

Protocolo: 385822

RESUMO DA PORTARIA Nº 058/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 000605-125/2018 em Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Preparatório nº 000605-125/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: Proprietário da antiga sede da Fumbel.

Objeto de Investigação: Estado de conservação do antigo prédio da FUMBEL, localizado na Rua Padre Champagnat s/n, ao lado da Catedral Metropolitana de Belém.

Belém, 20 de novembro de 2018.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 385823

PORTARIA N.º 8544/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a pauta de audiências proveniente da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará encaminhada a esta Procuradoria-Geral de Justiça informando a respeito da necessidade do comparecimento do Ministério Público nas audiências que envolvem 55 (cinquenta e cinco) processos de precatórios requisitórios que deverão acontecer nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO para, com fundamento no art. 56, IX da Lei n.º 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, participar das audiências e tomar as providências que entender cabíveis em todos os processos de Precatórios Requisitórios de atribuição deste Procurador-Geral de Justiça que estão pautados para o dia 26 e 27 de novembro do corrente ano a ser realizadas no 3.º andar do Edifício sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Gabinete da Coordenadoria de Precatórios Requisitórios a partir da 8hs:30min (oito horas e trinta minutos).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 23 de novembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 386230

EXTRATO DE PORTARIA DE**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Preparatório nº 000171-440/2018

Instauração: 13/11/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.

Origem: Procedimento instaurado mediante reclamação protocolada a relatar a instalação de um portão ma entrada do Conjunto Jardim Ananindeua, que está restringindo o livre acesso

á via pública, limitando o ingresso ao logradouro, somente aos moradores;

Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a atuação do poder público quanto à realização de manutenção por parte das Secretarias competentes quanto à resolução da demanda ora posta.

Ananindeua-PA, 13 de novembro de 2018.

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2º Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 385820

EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2018-MP/3ºPJ/STM

A 3ª Promotora de Justiça de Santarém, com fundamento na Constituição Federal (artigo 129, I, VII, VIII e IX), nas Leis Orgânicas e na forma da Resolução nº 13/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 004/2018-MP/3ºPJ/STM (SIMP nº 014212-031/2018), que se encontra à disposição na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado nº 3991 – Liberdade, CEP: 68.040-148, Santarém/PA, Fone (93) 3512-0400.

Reclamado: CRASHM – Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura

Assunto: Sigiloso Dully Sanae Araújo Otakara – 3ª Promotora de Justiça de Santarém

Protocolo: 385889

EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2018-MP/1ªPJB, DE 20/11/2018

INSTAURA INQUÉRITO CIVIL, com objetivo de investigar possível irregularidade pertinente ao fato narrado na Notícia de Fato nº 041/2016-MP/1ªPJB, que versa sobre a paralisação das obras do Centro Comunitário Elcione Barbalho, como condicionante de “acordo verbal” avençado com a Prefeitura Municipal de Breves, para doação de parte de terreno pertencente ao aludido centro; colhendo os elementos necessários para eventual propositura de Ação Civil Pública ou arquivamento do presente, nos termos da lei.

MULLER MARQUES SIQUEIRA

Promotor de Justiça Titular de Chaves

respondendo pelo 1º Cargo de Breves

Protocolo: 385870

EXTRATO DA PORTARIA Nº 051/2016-MP/2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 00145-200/2016-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 056/2016-MP/2ºPJDC

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA.

Assunto: Deverá ter por objeto – VIOLAÇÃO, EM TESE, DA LEI Nº 8.429/92, CONSUBSTANCIADO NA INOBSERVÂNCIA, EM TESE, DA LEI Nº 8.666/93, PELA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AZULAY CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA-EPP, ARTIGO 89.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 385908

EXTRATO DA PORTARIA Nº 117/2018-MP/6JMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000834-940/2018 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará – Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 117/2018-MP/6JMAB

Envolvido: Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos de Ação Civil Pública nº 0021779-04.2016.8.14.0028 entre o Ministério Público do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Marabá e Secretaria Municipal de Educação para melhorias no Núcleo de Educação Infantil IRISMAR FERNANDES DE SOUZA, no município de Marabá.

Protocolo: 385838

ADITAMENTO DA PORTARIA Nº 006/2016-MP/PJDCPMA

A 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, ADITAR a Portaria nº 006/2016-MP/PJDCPMA que instaurou o Inquérito Civil nº 000090-200/2014-MP/2ªPJDC, para o específico fim de acrescentar no objeto da respectiva Portaria:

IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA. QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR

2º Promotor de Justiça de direitos constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Protocolo: 385856

RESUMO DA PORTARIA Nº 059/2018-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

O 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURA, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 000088-113/2016-MP/2ªPJ/MA/PC/HU em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil nº 000088-113/2016-MP/2ªPJ/MA/PC/HU

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Investigado: Estabelecimentos Comerciais “Açaí Biruta” e “Palafita”.

Objeto de Investigação: Possível crime de Poluição Sonora e danos às residências localizadas no entorno dos mesmos.

Belém, 22 de novembro de 2018.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 385925

EXTRATO DA PORTARIA Nº 116/2018-MP/6JMAB

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000833-940/2018 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará – Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 116/2018-MP/6JMAB

Envolvido: Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos de Ação Civil Pública nº 0017393-28.2016.8.14.0028 entre o Ministério Público do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Marabá e Secretaria Municipal de Educação para melhorias na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio SÃO FRANCISCO, no município de Marabá.

Protocolo: 385836

EXTRATO DA PORTARIA Nº 0019/2018-MPPA/PJSFP (NOS TERMOS DO OFÍCIO CIRCULAR N. 059/2014-MP/PGJ)

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. arts. 127 e 129, II, III, VI da Constituição Federal de 1988; art. 182, incisos III e VI da Constituição do Estado do Pará de 1989; arts. 52, inciso VI e 54, I da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 e arts. 25, inciso IV, “a” e “b” e 26 da Lei Federal nº 8.625/93; arts. 1º, VIII e 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/1985; Lei 8.429/1992; Lei 9.394/1996; na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará e Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do procedimento preparatório de inquérito civil n. 019/2018-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: [mppsaofranciscodopara@mppa.mp.br](mailto:mppaofranciscodopara@mppa.mp.br).